

“Drogas” ou Plantas Sagradas: Um estudo de caso sobre a regulamentação do uso do chá Hoasca na União do Vegetal (UDV)¹.

Erika Giuliane A. S. Beser ²(UFOPA)

Após os anos 1980, estudos acadêmicos de diversas áreas de conhecimento (LAGROU, 1991; MACRAE, 1992; GROISMAN, 1999; CARNEIRO, 1994 e 2002) se aprofundaram em pesquisas acerca do uso da substância, geralmente conhecida como Ayahuasca, e denominada como chá Hoasca ou Vegetal, para os sócios do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (CEBUDV) ou União do Vegetal (UDV). Para as pessoas que utilizam essa substância em rituais, visto por elas como religiosos, é conhecida como um enteógeno, palavra que MacRae define como: “derivada de *entheos*, palavra do grego antigo que significa literalmente 'deus dentro' e era (...) aplicada aos transe proféticos,(...), assim como aos ritos religiosos onde estados místicos eram experienciados(...)” (MACRAE, 1992, p.16). Nessa perspectiva, a classificação dessa substância como alucinógeno ou enteógeno depende de fatores científicos e culturais. Na visão dos sócios e com os documentos do CEBUDV (1994) os quais são lidos na abertura das sessões de escala: “o propósito dessa religião é trabalhar pela evolução do ser humano no sentido de desenvolver as virtudes morais, intelectuais e espirituais”.

Estudos de cunho sociológico e antropológico sobre os usos dessa substância foram pioneiros, e com o advento da regulamentação do uso para fins religiosos, estudos da área

1 IV ENADIR, GT3, Drogas: interfaces antropologia, direito, políticas públicas e saúde.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sob orientação da Prof^a Dra^a Luciana Carvalho. O presente artigo faz parte da tese, em andamento, cujo objeto central é a elaboração de uma etnografia sobre as práticas de responsabilidade ambiental e outros aspectos da regulamentação do uso do chá Hoasca para fins religiosos, no Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (CEBUDV).

médica e jurídica também foram aprofundados. Inclusive, os próprios estudos antropológicos também passaram a destacar eventos mais específicos acompanhando a discussão da regulamentação do uso da bebida em rituais religiosos, como por exemplo, aspectos das controvérsias do discurso médico e reconhecimento como patrimônio imaterial da cultura brasileira, e uso terapêutico na recuperação de dependentes químicos (LABATE, 2004; MERCANTE;2012).

A Ayahuasca é uma bebida psicoativa composta por duas plantas: *Banisteriopsis caapi* e *Psychotria viridis*, sendo que a última contém *DMT* (*n,n-dimethyltryptamine*), substância controlada no Brasil (Portaria, 1998). A legislação brasileira apoia-se na promulgação das Resoluções do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) para o controle do uso da Ayahuasca (LABATE& FEENEY,2012). Utilizamos o termo “droga” entre aspas no título, indicando ao leitor que buscamos uma discussão sobre o dilema da controvérsia pública sobre o uso de “drogas”, e como é a construção dessa classificação pelo Estado (FIORE, 2006;ANTUNES,2012).

Na primeira parte do presente trabalho, buscamos responder a seguinte questão: Quais foram os fatores que levaram a União do Vegetal se formalizar transformando sua denominação para Centro Espirita Beneficente União do Vegetal (CEBUDV)? Para apontar possíveis respostas, apresentamos a trajetória sobre a constituição e empenho para legalização do uso do chá em seus rituais sob a perspectiva do CEBUDV.

Na segunda parte, propomos uma análise sobre o método de observação participante em pesquisas de rituais religiosos com o uso de Ayahuasca – no estudo de caso apresentado, a pesquisa está sendo realizada no Centro Espirita Beneficente União do Vegetal (CEBUDV), onde a pesquisadora também é uma sócia nesta instituição. Para tanto, perguntamos: Quais os limites e alcances da observação participante, quando o pesquisador é um participante de uma religião que usa Ayahuasca?

1. ***De quem estamos falando? Uma breve apresentação do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (CEBUDV) e sua participação na regularização do uso do chá para ritual religioso.***

O CEBUDV, também conhecida como União do Vegetal (UDV) é uma sociedade religiosa criada em 22 de julho de 1961, na fronteira entre o Brasil e Bolívia por José Gabriel da Costa, conhecido pelos seus discípulos como Mestre Gabriel, teve seu primeiro contato com o Vegetal através de um seringueiro chamado Chico Lourenço, que o ofereceu numa sessão, no dia 1º de abril de 1959, na floresta amazônica. Beberam o Vegetal algumas vezes juntos. Posteriormente, Mestre Gabriel criou a União do Vegetal.

De acordo com o *site*³ oficial da instituição, o uso do chá Hoasca entre os povos da Amazônia remonta aos períodos anteriores ao descobrimento da América, no século XVI. Mestre Gabriel professa uma “doutrina espírita-cristã” e durante seus rituais utiliza o chá Hoasca para fins de concentração mental. Essa bebida é o resultado da decocção de duas plantas originárias da região amazônica: o cipó *Banisteriopsis caapi* e folhas de *Psychotria viridis*, a qual possui o princípio ativo *N-Dimetiltriptamina (DMT)*, responsável pelo conteúdo propriamente psicoativo dos efeitos da bebida (ANDRADE, 1995; BRISSAC, 1999; RICCARDI, 2008; FERNANDES, 2011).

Há, ainda, outras religiões independentes que possuem destaque no Brasil, que utilizam a bebida contendo essas plantas, tais como, a Barquinha e o Santo Daime. Entretanto, em cada religião os contextos simbólicos são diferentes, bem como, a forma de denominar seus símbolos sagrados. Assim, *Mariri* (*Banisteriopsis caapi*) e *Chacrona* (*Psychotria viridis*) são nomes utilizados pelos sócios do CEBUDV, sendo assim parte de um contexto nativo. Na tese em elaboração, realizamos trabalho de campo em núcleos do CEBUDV, nos limitando a observações empíricas nos mesmos, pois entendemos que, por sua trajetória e contextos, já é por si, um campo com autonomia e relevâncias específicas. (BRISSAC, p.13, 1999).

Como é a trajetória da constituição do CEBUDV? Qual foi a necessidade de legalizar o uso do chá em seus rituais? De acordo com artigos sobre a CEBUDV publicados no livro “Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente”, organizado por Joaze Bernardino Costa (2011), o trabalho para assegurar o direito legal de uso religioso do Vegetal teve início nos anos 60 com Mestre Gabriel. Em 1970, o chefe de polícia do Território de Rondônia, sob a

3 *Site* oficial do Centro Espírita União do Vegetal: www.udv.org.br

alegação de charlatanismo e uso de entorpecentes, determina o fechamento da UDV. Nessa ocasião, foi a primeira vez que a UDV constitui um advogado para a defesa de seus direitos. O processo é encaminhado para Brasília, onde cinco desembargadores votam a favor da UDV. Após esse impasse, em 1971, a UDV registra em cartório seus estatutos, passando a ser denominada oficialmente “Centro Espírita Beneficente União do Vegetal”. Outro acontecimento ocorrido, em julho de 1971, quando o Bispo de Porto Velho criticou a UDV em sermão proferido durante uma missa de domingo, impulsionou o Mestre Gabriel a responder através de um artigo publicado no dia 16 de julho, no jornal O Guaporé, intitulado “Velando Enquanto Dorme”. O artigo dizia que um sócio da UDV, com sessenta dias de frequência, estaria livre de frequentar lugares considerados prejudiciais à formação moral, e também, que a UDV tem o propósito de combater o uso de entorpecentes, incluído bebidas alcoólicas. Atualmente, esse artigo possui um destaque nos rituais da UDV, pois é lido em suas sessões agregado a outros documentos que regem o CEBUDV.

Nos anos 1970, o CEBUDV foi criticado por um médico no Jornal Alto Madeira, alegando que era utilizado um chá entorpecente nos rituais da União do Vegetal. Em resposta, a Diretoria do Centro pronunciou-se no dia 18 de setembro 1977, colocando-se à disposição para quaisquer pesquisas científicas. Nessa nota, em defesa de seu direito constitucional de prática religiosa, a Diretoria do Centro sugere às autoridades que seja conduzida uma pesquisa com os associados da UDV em relação aos aspectos de *saúde e social*. Os questionamentos das autoridades quanto ao uso do Vegetal impulsionou a UDV ao início do processo de institucionalização. Em 1984, *Banisteriopsis caapi* foi incluído na lista de substâncias proscritas pela Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED), originando a necessidade de estudos científicos que pudessem demonstrar para as autoridades que o chá Vegetal não prejudica a saúde.

Desta maneira, em 1986, um grupo de sócios do CEBUDV, formado por médicos e psicólogos, fundaram o Centro de Estudos Médicos (CEM), cujo objetivo foi reunir o conhecimento acadêmico existente relacionado ao chá Vegetal e as plantas que o compõem.

Em 1991, o CEM organizou o “I Congresso em Saúde da UDV”, com o objetivo de congregar pesquisadores e profissionais interessados nos aspectos científicos da utilização do chá Haoasca. Naquela época, as publicações existentes abordavam aspectos antropológicos,

botânicos e químicos. Nessa ocasião, o pesquisador PhD Dennis Mackenna, da Universidade da Califórnia, participou do evento, tendo o CEBUDV oferecido sua estrutura para a realização de estudos sobre os efeitos biomédicos do Vegetal. Em 1993, Dennis McKenna coordenou uma força-tarefa de cientistas de dez instituições de pesquisa de três países (Brasil, Estados Unidos da América e Finlândia), para realizarem o Projeto Hoasca, financiado pela Organização não governamental (ONG) denominada Botanical Dimensions.

Em 1996, os resultados das pesquisas vincularam os efeitos benéficos da Hoasca à maneira como ela é utilizada ritualmente, o que foi descrito pelos pesquisadores como “*um contexto ritual altamente estruturado*”. Afirmou o pesquisador PhD Rick Strassman, autorizado pelo National Investigation Drugs Abuse (NIDA) ao estudar o N-Dimetiltriptamina (DMT, substância presente nas folhas de *Psychotria viridis*): “*A maneira como a UDV utiliza a Hoasca em seus rituais caracteriza um contexto seguro*”.

Em 1997, denominação CEM mudou para Departamento Médico Científico (DEMEC), com a finalidade de atender à estrutura do CEBUDV, organizada atualmente em departamentos. Por meio de entrevistas realizadas com sócios do CEBUDV responsáveis pelo DEMEC, tomei conhecimento de um documento do DEMEC denominado *Carta de Princípios Éticos dos Profissionais de Saúde do CEBUDV*. Nesta Carta, há diretrizes baseadas na Carta de Ética Médica e no Código de Ética Profissional dos Psicólogos, e entre outros assuntos, ela determina a proibição do uso do Vegetal para fins terapêuticos⁴ e aceita o DEMEC como órgão supervisor dos trabalhos e estudos científicos realizados por sócios do CEBUDV. De acordo com o *site* oficial do CEBUDV, as principais atribuições do DEMEC são:

- Dar aos sócios do Centro acesso aos conhecimentos científicos da Hoasca.
- Representar a UDV junto a autoridades legais e científicas.
- Avaliar e acompanhar propostas de pesquisas científicas no âmbito do Centro.

⁴ De acordo com a regulamentação do CONAD, resolução número 1 de 25 de janeiro de 2010, É proibido o uso do Vegetal em tratamentos terapêuticos, sendo seu uso restrito para sessões rituais religiosos.

- Ser referência para recomendações médicas quanto aos efeitos das substâncias presentes no chá Hoasca.
- Colaborar com o cumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde nos cuidados com o manuseio do chá Hoasca.
- Estabelecer recomendações em saúde mental e situações de associação com medicamentos neurológicos, psiquiátricos e outros.
- Facilitar as condições institucionais necessárias para a realização de pesquisas científicas no âmbito do Centro.

De acordo com o *site* do CEBUDV e informações dos sócios, o objetivo dessas pesquisas é conscientizar as autoridades e esclarecer a opinião pública quanto ao caráter inofensivo à saúde, em relação ao uso do Vegetal no CEBUDV, motivo pelo qual, foi comemorada a publicação das regras pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) que é o órgão normativo do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), o qual decretou, em 25 de janeiro de 2010: *“que fique registrado em ata, para fins, inclusive de utilização pelos interessados, que não pode haver restrição, direta ou indireta, às práticas religiosas das comunidades, baseadas em proibição do uso ritual da Ayahuasca”*. Esta resolução dispõe sobre o uso religioso da Ayahuasca e dos princípios deontológicos que o informam, considerando os dados elaborados por um Grupo Multidisciplinar de Trabalho (GMT), composto por profissionais das seguintes áreas: antropologia, farmacêutica/bioquímica, social, e jurídica, bem como por seis membros de cada grupo religioso que faz uso da Ayahuasca⁵, dentre eles, a CEBUDV, os quais analisaram temas relacionados ao uso ritual do chá.

De acordo com Antunes (2012), as análises sobre os desdobramentos do uso da ayahuasca no Brasil apontam para uma transformação dos estigmas atrelados ao fenômeno nas últimas décadas, apresentando indícios de que o enfoque da controvérsia pública deixou de centrar-se nas práticas, deslocando-se para a bebida em si, a qual passou a ser associada ao tema das *drogas* (GOULART, 2004; MACRAE, 2002). Na visão desses autores, esse

⁵ O nome dado pelos sócios do CEBUDV é Vegetal ou Hoasca, porém na Resolução nº1 do CONAD, de 25 de janeiro de 2010, é utilizado o nome Ayahuasca como um acordo entre as demais religiões que fazem uso do chá.

deslocamento é um dos fatores responsáveis por tornar a bebida foco de processos normativos, culminando em sua proibição em 1985, e posteriormente, em objeto de políticas públicas pelo Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) e pelo Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD).

Goulart (2010) demonstra que as principais transformações nas acusações contra as “religiões ayahuasqueiras brasileiras” tiveram início nos anos 70, quando o período político de ditadura militar, propiciou a formação da figura do “drogado”, como um tipo de desviante. No cenário político internacional de combate as substâncias psicoativas, iniciativa do governo dos Estados Unidos, onde também eclodia um movimento que procurava novas experiências de percepção e consciências orientadas, sobretudo, pelo uso de *drogas*.

Fiore (2006) em seu livro intitulado *Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público*”, utiliza em todo livro o termo “drogas” entre aspas, indicando que seu trabalho se propõe a discutir o significado do termo. Acrescentando que o significado mais comum, substâncias psicoativas ilegais, não esgota sua polissemia: o uso de “drogas” é uma questão social historicamente recente. Embora o consumo de substâncias psicoativas de modo sistemático seja milenar, seu uso só se tornou um problema na maior parte dos países ocidentais a partir do quarto final do século XIX”.

No presente artigo também usamos o termo “droga” entre aspas, seguindo a indicação do antropólogo Mauricio Fiore (2006), tendo em vista a relativização sobre a caracterização da substância. Para os sócios do CEBUDV, a substância é percebida como um chá sagrado, utilizado para concentração mental. Numa outra ponta, o CONAD – órgão que tem a função de elaborar políticas públicas o uso de “drogas”, regulamenta o uso da substância Ayahuasca, demonstrando o que Goulart (2010) apontou em seus estudos, que a discussão sobre o uso religioso da Ayahuasca foi deslocada pelo por ter sido considerada uma substância psicoativa, num contexto onde isso estava sendo combatido.

Assim, o CEBUDV, assim como as outras religiões que também participaram junto ao trabalho do GMT, tais como, Barquinha e Santo Daime, buscou a legalização do uso ritual do chá para realocar o chá como uma substância sagrada, distante da caracterização como “drogas” que estava sendo utilizado pelos órgãos governamentais. O caminho percorrido para

essa legalização se deu pela demonstração científica, tanto pela medicina, quanto pelos estudos de cunho social, como os sociológicos e antropológicos, para realocar a substância numa perspectiva que correspondesse à forma como é utilizado.

Como podemos observar, a partir dessa perspectiva histórica da CEBUDV, a organização formal foi uma maneira encontrada pela pelos dirigentes da instituição para que não fossem impedidos de continuar seus rituais com o Vegetal. A organização formal foi uma necessidade para que a legalização acontecesse. A regulamentação foi baseada em estudos científicos, principalmente de base médica, que atestassem que o consumo do chá não é prejudicial à saúde.

2. *De onde estamos falando?* Notas metodológicas sobre a observação-participante no ritual religioso do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal.

Nesta parte do trabalho, passamos para a reflexão sobre o lugar do antropólogo no campo religioso, quando em situação de pesquisa em ritual com Ayahuasca. Este esforço representa desafios especialmente em relação ao exercício do estranhamento e da observação-participante.

Conheci um núcleo da União do Vegetal, em setembro de 2008, quando estavam promovendo atendimentos médicos a preços populares em comemoração ao dia de São Cosme e São Damião⁶. O sítio em meio à natureza e ambiente agradável, de pronto chamou minha atenção. Entretanto, ainda decidi esperar alguns meses até participar de uma sessão e beber o Vegetal pela primeira vez. Após algumas sessões, já me sentia parte da UDV, e mesmo não associada, ou seja, ainda não usava uniforme nas sessões e não tinha os compromissos de sócio, frequentava o âmbito da UDV, fazendo parte dos trabalhos voluntários e fazendo amizade com a irmandade.

Em 2009, me associei dando início a minha caminhada na UDV, e até aquele momento, não tinha ideia de estudar numa visão antropológica a instituição. O projeto para

⁶ No CEBUDV é comum que os núcleos organizem atividades beneficentes para atender a comunidade da região e pessoas que queiram conhecer a instituição.

uma pesquisa de doutorado surgiu sob o efeito do Vegetal⁷. Durante essa sessão, tive a necessidade de sair do “Salão do Vegetal”, o lugar onde acontece a sessão, sentindo enjoo e tontura. Ao sair, encontrei pessoas que estavam em situação semelhante, e fui prontamente auxiliada por sócios que já estavam mais acostumados do que eu, aos efeitos do chá. Aquela forte sensação me despertou para uma experiência desconhecida e ao mesmo tempo fascinante. Como eu estava na condição de novata, isso é considerado como uma fase de adaptação aos efeitos do Vegetal. Depois de alguns anos frequentando as sessões da UDV é esperado que o sócio tenha mais condições de se “equilibrar no tempo de burracheira” ou seja de sentir os efeitos do chá e acompanhar a sessão de forma equilibrada e constante.

A partir do momento que um sócio decide estudar a instituição⁸, deve encaminhar seu projeto para que seja avaliado e autorizado pela Comissão Científica⁹ do CEBUDV. O próprio artigo, em tela, surgiu numa sessão sob o efeito do Vegetal, bem como, outros exames sobre o andamento da tese. Ainda não experimentei anotar minhas ideias durante a sessão, até o momento atual da pesquisa, tenho deixado para anotar no dia posterior a sessão. No caso em tela, não me associei como um passo facilitador da pesquisa, mesmo que outros pesquisadores tenham essa metodologia, no meu caso facilita ser uma sócia que se tornou uma pesquisadora. O meu desafio metodológico é outro: estar sempre buscando relativizar o familiar, lembrando-se das lições clássicas de Roberto DaMatta. Acredito que também é um facilitador ter um tempo de caminhada na UDV, principalmente, por apresentar melhores condições de adaptação aos efeitos do Vegetal.

Existem pesquisadores, como Melo (2010) que consideram fundamental para objetivação do campo, ficar um período sem beber o chá, entendo que essa é uma opção metodológica, porém não deve ser a única opção. Vejo que para o pesquisador que é sócio,

7 Para os sócios da UDV o efeito do Vegetal é denominado “burracheira”.

8 O projeto de tese onde está inserido o presente artigo ainda está em período de avaliação pela Comissão Científica.

9 A Comissão Científica tem a responsabilidade de avaliar os projetos acadêmicos, e se for o caso, sugerir caminhos para o pesquisador. Geralmente os membros dessa Comissão são profissionais com experiência na área do projeto em análise.

estar frequentando as sessões e bebendo o Vegetal, significa estar em conexão com o seu “eu” sagrado, e dessa perspectiva ficar um período sem frequentar as sessões seria um vazio metodológico, creio que isso depende da ligação que o pesquisador possui com a religião onde esta seguindo, mas também estou procurando refletir sobre esse assunto.

O antropólogo Vagner Gonçalves da Silva (2006) ao escrever sobre o trabalho de campo e o texto etnográfico em pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras propõe reflexões sobre a posição do antropólogo no campo, e o esforço metodológico para transformar a experiência vivida em material científico: “*Mesmo para os pesquisadores que durante seu trabalho de campo tiveram um envolvimento profundo com a religião, incluindo a iniciação, essa experiência de inserção raramente foi totalmente incorporada à narrativa etnográfica* (p.126)”.

A antropóloga Jeanne Favret-Saada (2005), no artigo “Ser afetado”, discute a possibilidade e os caminhos etnográficos vivenciados em seu trabalho de campo sobre feitiçaria, no Bocage francês, e seu esforço de não ignorar ou negar o lugar da experiência vivida; pelo pesquisador, ao contrário, apropriou-se dessa experiência para transformá-la em dispositivo metodológico. Assim, apresento outros registros fazendo um esforço metodológico de incorpora-lo ao texto, para aqueles que ainda não conhecem as sensações de estar de sob o efeito do chá Ayahuasca.

Podemos ver no livro de Mercante (2012) “Imagens de cura: Ayahuasca, imaginação, saúde e doença na Barquinha” reflexões sobre o lugar do antropólogo que também é participante de ritual com Ayahuasca. No prefácio, a antropóloga Esther Jean Langdon destaca a importância da irredutibilidade da subjetividade e seu papel na construção do conhecimento, fazendo relação com a metodologia utilizada por Mercante, denominada “observação experiencial”, opção essa que Langdon afirma abrir a possibilidade de uma nova percepção das práticas religiosas como uma realidade que só podemos conhecer via experiência. Segundo o autor, a observação participante proposta por Malinowski, e a descrição densa proposta por Geertz não são totalmente suficientes, quando o pesquisador vive a experiência em diferentes estados de conscientização. Assim, Mercante nos mostra uma discussão sobre o fazer antropológico para pesquisas em rituais com Ayahuasca.

3. *Para onde estamos indo? Toda caminhada começa com o primeiro passo.*

Portanto, o primeiro passo pode ser o esforço de situar o antropólogo como pesquisador, mas também, como participante de determinada cultura religiosa, não como pesquisador que participa, mas como integrante da cultura independente da pesquisa. Porém, entendemos que o melhor posicionamento é aquele onde o pesquisador se sente confortável. Destacando a importância de outras pesquisas de referência de outras religiões (SILVA, 2006), mas construindo também referência determinante para pesquisadores que estão buscando construir legitimidade para falar academicamente da cultura a qual faz parte, mas não apenas isso, acrescentando o fato de que os momentos sob o efeito do chá tem um significado relevante para a pesquisa (MERCANTE, 2012). O esforço da descrição é principalmente de dialogar com os pesquisadores que não viveram essa experiência e não sabem o que significa ainda estar sob tal efeito, mas também de contribuir, de alguma forma, para o diálogo aberto sobre o lugar do antropólogo em trabalho de campo com inserção ao uso ritual da Ayahuasca. Com isso, buscamos legitimidade dos dados, construídos a partir do uso do método científico, para que os resultados da pesquisa sejam suficientes para contribuir na construção de políticas públicas adequadas com o contexto local onde são aplicadas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de 1986. “Dilemas da Razão Prática: Simbolismo, Tecnologia e Ecologia na Floresta Amazônica”, in: Anuário Antropológico. Brasília, Tempo Brasileiro, 1986.

_____. “Prefácio”, in: LABATE, Beatriz C. e SENA ARAÚJO, Wladimir (orgs.). O Uso ritual da ayahuasca. Campinas, Ed. Mercado de Letras, 2002.

ANTUNES, Henrique Fernandes. Droga, religião e cultura: um mapeamento da controvérsia pública sobre o uso da ayahuasca no Brasil. Dissertação de Mestrado, PPGAS, FFLCH, USP. São Paulo, 2012.

BERNARDINHO-COSTA, Joaze (Org). Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2011.

BRISSAC, Sérgio. *A Estrela do Norte Iluminado até o Sul: uma etnografia da União do Vegetal em um contexto urbano*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Rio de Janeiro, UFRJ-Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1999.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo, Ed.Xamã. 1994.

_____. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo, Xamã, 2002.

CEBUDV (CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIÃO DO VEGETAL). Estatuto do CEBUDV, Cap. 1, “Da denominação da Sociedade, Sede, Foro e Objetivos”. In: Consolidação das leis do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal. Sede Geral, Brasília, 3ed, 1994.

CUNHA, Manuela C. – *Cultura com aspas*. São Paulo, Cosac Naif, 2009.

DA MATTA, Roberto. “Panema: uma tentativa de análise estrutural”, in: *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1973.

FAVRET-SAADA, Jeanne – “Ser afetado” In *Cadernos de Campo*, nº13, 2005.

FERNANDES, Cícero Guella. “Transformações pessoais na União do Vegetal”. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2011.

IORE, Maurício. *Uso de “Drogas”: controvérsias médicas e debate público*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

GMT (Grupo Multidisciplinar de Trabalho Ayahuasca). Relatório Final. Brasília: CONAD, 2006. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br/OBID/Diversos/salvarlocal.jsp?id=18267>. Acesso em 13/11/2007.

GOULART, Sandra. Contrastes e continuidades em uma tradição amazônica: as religiões da ayahuasca. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2004.

_____. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In: Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008.

GROISMAN, Alberto. Eu venho da floresta: Um estudo simbólico do contexto do Santo Daime. Editora da UFSC. Florianópolis, 1999.

LABATE, Beatriz Caiuby. *A Reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH-Unicamp, 2000, pp. 178-190.

LABATE, Beatriz C. e SENA ARAÚJO, Wladimir (orgs.). *O Uso ritual da ayahuasca*. Campinas, Ed. Mercado de Letras, 2002.

LABATE, Beatriz C. e PACHECO Gustavo. “As Matrizes Maranhenses do Santo Daime”, in: LABATE, Beatriz C. e SENA ARAÚJO, W. (orgs.). *O Uso ritual da ayahuasca*. Campinas, Ed. Mercado de Letras, 2ª ed., 2004.

LABATE, Beatriz C. e FEENEY, Kevin. O processo de regulamentação da ayahuasca no Brasil e na esfera internacional: desafios e implicações. Tradução de Silvia Pimenta V. Rocha. Revista Periferia, Volume III, Número 2.

LAGROU, Else. *Uma Etnografia da cultura kaxinawá, entre a cobra e o Inca*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFSC, 1991.

_____. “Xamanismo e representação entre os Kaxinawá”, in: LANGDON, Jean (org.) *Xamanismo no Brasil: novas perspectivas*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1996.

MACRAE, Edward. *Guiado pela Lua : xamanismo e uso ritual da ayahuasca no culto do Santo Daime*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

_____. “O Santo Daime e outras religiões brasileiras”. Texto manuscrito, 1997.

_____. “Santo Daime e Santa Maria- usos religiosos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas”, *in*: GOULART, Sandra L. e LABATE, Beatriz C. (orgs). *O Uso ritual das plantas de poder*. Campinas, Ed.Mercado de Letras, No Prelo.

_____. “Culto do Santo Daime e sua localização no continuum mediúnico”. Texto manuscrito, s/d.

_____. “Um pleito pela tolerância entre as diferentes linhas ayahuasqueiras a partir de uma visão brasileira”, *in*: LABATE, Beatriz C. e SENA ARAÚJO, W. (orgs.). *O Uso ritual da ayahuasca*. Campinas, Ed. Mercado de Letras, 2002.

MELO, Rosa Virgínia. “Beber na fonte”: adesão e transformação na União do Vegetal. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2010.

MERCANTE, Marcelo. *Imagens de cura. Ayahuasca, imaginação, saúde e doença na Barquinha*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2012.

PORTARIA, SVS/MS N° 344 da ANVISA, Brasília, 1998.

RICCARDI, Gabriela S. O uso da ayahuasca e a experiência de transformação, alívio e cura na União do Vegetal (UDV). Dissertação de mestrado. PPGAS-UFBA, 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves. *O antropólogo e sua magia*. EDUSP. São Paulo, 2000.